

O capital no Brasil e seus rebatimentos sócio-políticos atuais para a classe trabalhadora
Capital in Brazil and its current socio-political repercussions for the working class
El capital en Brasil y sus repercusiones sociopolíticas actuales para la clase trabajadora

Recebido: 19/08/2020 | Revisado: 28/08/2020 | Aceito: 31/08/2020 | Publicado: 02/09/2020

Priscila Semzezem

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2585>

Universidade Estadual do Paraná, Brasil

E-mail: priscilasemzezem@hotmail.com

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0569-7225>

Universidade Estadual do Paraná, Brasil

E-mail: neidegafa@hotmail.com

Rita de Cássia Pizoli

ORCID: <https://orcid.org/0000-003-0127-3679>

Universidade Estadual do Paraná, Brasil

E-mail: ritapizoli@hotmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva analisar os rumos do capital no Brasil e a inserção do Estado nesse processo, dialogando com alguns debates correntes e problematizando seus rebatimentos sociais e políticos para as lutas dos/as trabalhadores/as. Baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, amparada no referencial do materialismo histórico, a fim de contribuir nas reflexões críticas sobre a conjuntura atual e seus efeitos sociais. Prioriza-se, nos limites deste estudo, a qualificação do Brasil como um país exportador de *commodities* e que vivencia um processo de “desindustrialização” com a conivência do Estado, e os efeitos que isso causaria, como a diminuição dos postos de trabalho e a precarização do trabalho. A partir de uma análise ancorada na relação social do capital e na realidade empírica, alguns aspectos são elencados, os quais indicam a necessidade de desvelar a conjuntura atual a partir de outros parâmetros. Propõe-se levar em consideração a universalização do capital e a função do Estado nesta sociabilidade, a fim de evitar o risco de incorrer em estratégias equivocadas de lutas. O que se observa é que, no processo em curso,

as reações da classe trabalhadora oscilam entre a conciliação e a resistência, demandando avançar na apreensão do real para contribuir na superação da ordem capitalista.

Palavras-chave: Capital; Estado; Conjuntura brasileira; Lutas sociais.

Abstract

This work has as aim at analyzing the directions of capital in Brazil and the insertion of the State in this process dialoguing with some current debates and problematizing their social and political repercussions for the workers' struggles. It is based on a bibliographic research qualitative in its nature and supported by historical materialism framework to contribute with critical reflections on the current situation and its social effects. Within the limits of this study, priority is given to qualifying Brazil as a commodity exporter and experiencing a process of “deindustrialization” with the State collusion, and the effects which it could cause, as job decrease and insecurity. From an analysis anchored in the social relationship of capital and in the empirical reality, some aspects are listed, which indicate the need to unveil the current situation based on other parameters. It is proposed to consider the universalization of capital and the role played by the State in this sociability to avoid the risk of incurring wrong strategies of struggles. What is observed is that, in the ongoing process, the reactions by working class oscillate between conciliation and resistance, demanding to advance in the apprehension of the real to contribute to overcoming the capitalist order.

Keywords: Capital; State; Brazilian conjuncture; Social struggles.

Resumen

Este trabajo tiene el objetivo de analizar las direcciones del capital en Brasil y la inserción del Estado en ese proceso, dialogando con algunos debates actuales y problematizando sus repercusiones sociales y políticas para las luchas de los trabajadores y las trabajadoras. Se basa en una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa, apoyado por el marco del materialismo histórico para contribuir con las reflexiones críticas sobre la conjuntura actual y sus efectos sociales. En los límites de ese estudio, se prioriza la cualificación de Brasil como un país exportador de *commodities* y que vive un proceso de “desindustrialización” con la colusión del Estado, y los efectos que ello causaría, como la disminución de los puestos de trabajo y la inseguridad laboral. Desde un análisis anclado en la relación social del capital y en la realidad empírica, algunos aspectos son listados, los cuales indican la necesidad de desvelar la situación actual a partir de otros parámetros. Se propone considerar la universalización del capital y la función del Estado en esa sociabilidad para evitar el riesgo de

incurrir en estrategias equivocadas de luchas. Lo que se observa es que, en el proceso en curso, las reacciones de la clase trabajadora oscilan entre la conciliación y la resistencia, demandando avanzar en la aprensión del real para contribuir en la superación de la orden capitalista.

Palabras clave: Capital; Estado; Situación brasileña; Luchas sociales.

1. Introdução

O cenário social brasileiro se agravou nos últimos anos diante do aprofundamento de contrarreformas e “ajustes” que incidem diretamente na classe trabalhadora. Direitos historicamente conquistados estão sendo destituídos, o que ocorre em meio a um contexto de empobrecimento e dificuldades de sobrevivência para a maioria da população, que tem se agravado mediante a pandemia Covid-19, irrompida em março de 2020.

Diante disso, o objetivo é analisar os rumos do capital no Brasil e a inserção do Estado nesse processo, dialogando com alguns debates correntes e problematizando seus rebatimentos sociais e políticos atuais para as lutas dos/as trabalhadores/as. Assim priorizou-se identificar algumas análises sobre a conjuntura brasileira perante o capital mundial, destacando a qualificação do Brasil como um país exportador de *commodities*, que vivencia um processo de “desindustrialização”, com a conivência do Estado, bem como seus efeitos no âmbito do trabalho. Problematizam-se também as relações entre Estado, capital e os rumos das lutas da classe trabalhadora. Destaca-se que essa discussão é ampla e complexa, pois abarca a totalidade social, neste sentido, elegeram-se alguns aspectos no desvelamento do contexto atual.

Na concepção aqui adotada, o estudo implica apreender a dinâmica econômica e social, o que não é um exercício fácil, pois os movimentos e rebatimentos em curso não se revelam no campo da aparência, demandando um esforço intenso e coletivo para identificar as contradições presentes nas complexas relações sociais capitalistas. Considera-se imprescindível avançar nessa análise, tendo em vista que a compreensão das relações econômicas, políticas e sociais sob a ordem do capital é condição *sine qua non* para a formulação de estratégias adequadas de lutas para a classe trabalhadora.

2. Metodologia

No campo das Ciências Sociais e Humanas, esta pesquisa, conforme explica Minayo (2009, p. 16), expressa a “[...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”, visando contribuir na práxis humana. Sua natureza é qualitativa, tendo em vista que se ocupa de uma realidade que não pode ser quantificável, trabalhando com seus significados. Dialoga assim com algumas interpretações correntes sobre a conjuntura brasileira atual, refletindo sobre seus resultados políticos para a classe trabalhadora.

A pesquisa bibliográfica é adotada pois ela permite o aprofundamento do tema. Na acepção de Pereira et al. (2018, p. 101): “[...] em uma pesquisa bibliográfica, um autor realiza a busca, leitura, análise: discute os resultados obtidos em relação aos autores consultados nas referências e, escreve uma conclusão ou várias conclusões em relação a um problema da pesquisa ou assunto”. O intuito deste tipo de análise, baseada em revisão bibliográfica inicial, é avançar nos debates, essenciais para auxiliar no enfrentamento dos problemas sociais atuais.

A seleção bibliográfica priorizou as análises da condição conjuntural do capital no Brasil atual, apresentando as ideias centrais dos autores. Sem pretender realizar uma discussão exaustiva, impossível nos limites deste artigo, selecionaram-se em editoras e periódicos nacionais algumas pesquisas das áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas (Mascaro, 2018; Mattos, 2019, s/d; Pereira, 2010; Oreiro & Feijó, 2010; Tumolo, 2017).

Também com a finalidade de estabelecer uma relação entre as perspectivas acadêmicas e as posições institucionais, de representantes do capital e dos trabalhadores, escolheram-se estudos que realizaram discussões acerca da conjuntura atual, bem como da temática abordada por este estudo. Eles foram localizados nas bases de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2018) e das Centrais Sindicais (2011).

A revisão realizada indica a prevalência de uma análise que situa o país em uma posição de “desindustrialização”, o que demandaria uma mobilização social junto ao Estado para reverter esse quadro e assegurar o desenvolvimento nacional. Mesmo tendo sido elaboradas a partir de diferentes correntes teóricas, o que não foi aqui explicitado¹, os estudos selecionados convergem para a “desindustrialização” do país. A partir disso, alguns elementos são apontados com base em uma problematização das funções do Estado sob o capital e dos desdobramentos dessa leitura para a classe trabalhadora, a fim de iniciar um debate crítico.

¹ O aprofundamento e sistematização desse debate pode ser consultado em Morceiro (2012).

A opção analítica adotada centra-se no arcabouço teórico do materialismo histórico, ao considerar a centralidade da relação capital e trabalho para desvelar a condição atual dos trabalhadores e o campo de possibilidades que se abre na atual fase do capital. Procura-se deste modo auxiliar na tarefa histórica de apreender o processo econômico brasileiro em curso e suas consequências sociopolíticas para a classe trabalhadora.

3. Resultados e Discussão

3.1. A conjuntura brasileira perante o capital mundial

O desenvolvimento do capital no Brasil apresentou suas peculiaridades, distinguindo-se do processo europeu. Na lógica do avanço do capital mundial, ocupou sua posição na divisão internacional do trabalho: inicialmente como exportador de matéria-prima, em uma posição de dependência colonial; e depois expandindo lentamente sua produção manufatureira e industrial, desde o final do século XIX.

Impulsionada na década de 1930, foi na segunda metade do século XX que a industrialização se consolidou, diversificando a economia brasileira a partir da associação com o capital internacional (Espósito, 2017, p. 470). O Brasil chegou a ocupar a sétima posição na economia mundial, conforme Aran (2019), perdendo esse posto para a Indonésia em abril de 2019, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para a análise conjuntural atual, considera-se a importância de apreender a dinâmica da lógica do capital, o que exige um esforço teórico intenso e complexo. Isso porque o capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento encontra-se mundializado e se caracteriza por formas de reprodução cada vez mais dinâmicas. Ele se revela não só como um sistema fracionado em Estados nacionais, pois ocorre que “[...] cada capitalismo nacional se dirige às reservas do mercado externo, isto é, da economia mundial, [...] para lutar contra suas próprias contradições internas” (CHESNAIS, 1999, p. 25). No intuito de desvelar esse processo, distintos debates ganham agenda pública e teórica.

Vários estudos consideram ser de suma importância reconhecer o papel atual do Brasil na divisão internacional do trabalho. Para Pereira (2010, p. 348), é necessário considerar as funções produtivas exercidas por cada Estado, em que há “[...] uma divisão e repartição dos recursos (materiais e imateriais) mobilizados nas atividades produtivas”. O autor concebe que o Brasil, especificamente, carrega a marca histórica de subordinação na divisão internacional do trabalho e que vivencia um processo de “superexploração” do trabalho.

No sentido de iniciar um diálogo com esse viés de leitura crítica e com o posicionamento de representantes dos interesses do capital, tendo em vista os limites deste artigo, considera-se na acepção teórica aqui adotada que a apreensão da realidade brasileira atual e a condição de seus trabalhadores exige considerar alguns elementos estruturais.

O primeiro deles é o de que, no âmbito das relações econômicas vigentes, em que a sociabilidade do capital se mundializou, a produção é afetada pela concorrência intercapitalista e por suas crises cíclicas, inerente à lógica interna do capital. Tal realidade incide diretamente nas condições objetivas de trabalhadoras/es, especialmente nos momentos de acirramento das crises.

Isso porque as soluções delas envolvem a intensificação da exploração do trabalho, a fim de assegurar a extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa (Tumolo, 2017). Concebe-se que, nesse sentido, a exploração da força de trabalho não está relacionada a um determinado país, mas é intrínseca ao movimento de reprodução e manutenção do capital, é a condição de sua sobrevivência; é, por isso, universal e independente das fronteiras das Nações.

Também se considera que, na lógica mundial, a configuração das relações sociais de produção capitalista no Brasil não é fruto nem de uma política partidária nem de uma ação isolada, pois carrega significados e intencionalidades no interior do próprio sistema capitalista, cujo objetivo é a manutenção de sua taxa de lucros em meio à concorrência e às suas crises periódicas. Nesse processo, destaca-se um elemento que deve ser levado em consideração, o fraco grau de autonomia dos países em decidirem sobre sua economia.

Perpassados pelas mais variadas contradições e antagonismos, Estados e economias pelo mundo não encontram força suficiente para ditar direcionamentos autônomos ou cambiantes à administração do capitalismo em seus países ou regiões. Assim em muitas formações sociais capitalistas, as formas políticas e institucionais são insuficientes para arranjos de progresso, desenvolvimento ou estabilidade, ainda que tais insuficiências apresentem variadas quantidades e distintas modulações. O Brasil é apenas mais um caso – com as peculiaridades de sua formação social – das relações havidas por intermédio das formas sociais que constituem a nucleação da reprodução capitalista (Mascaro, 2018, p. 14).

O que se verifica, na materialidade concreta, é a reprodução do capital sob bases que extrapolam os interesses e fronteiras nacionais. Na tentativa de situar o Brasil no interior desse processo, esforços teóricos são feitos, como por exemplo as análises correntes que o situam entre os países que mais produzem insumos agrícolas, com uma forte política agrícola

voltada para a produção de *commodities* mais valorizadas no mercado externo, o que o manteria em posição subordinada na economia mundial.

O IEDI (2018), representando os interesses do capital industrial, analisa esse fenômeno e as políticas econômicas estatais adotadas diante dele. Na sua acepção, esse processo tem sido apoiado pelo Estado e permanente, pois alteram-se fenômenos conjunturais, mas não o processo estruturante.

Um elemento a destacar nesse debate, porém, é que a produção agrícola no Brasil é praticada tanto pelo capital nacional quanto pelo estrangeiro, com a tendência à concentração ampliada de capital. Isso se dá com forte inserção externa, pois essa produção está relacionada ao agronegócio de exportação e é viabilizada em grande parte pelo capital estrangeiro. Há debates que exemplificam esse processo:

A ação de *grupos* econômicos estrangeiros na atividade agrícola moderna (no mais das vezes com amplo apoio do poder público) impulsionou a produção de grãos e derivados, tornando o Brasil um dos principais produtores mundiais destes gêneros. No entanto, os circuitos produtivos das principais *commodities* agrícolas estão sob o comando exclusivo de grupos econômicos internacionais (Cargill, Bunge, ADM, Monsanto, etc.) ou de alguns poucos grupos nacionais que praticam as mesmas lógicas globais de produção (como é o caso do Grupo André Maggi). A ação destes grupos hegemônicos no Brasil tem ocasionado importante reordenação do território no interior do país, com o surgimento de novos fronts agrícolas nos cerrados de Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão e mesmo na Amazônia (Pereira, 2010, p. 352).

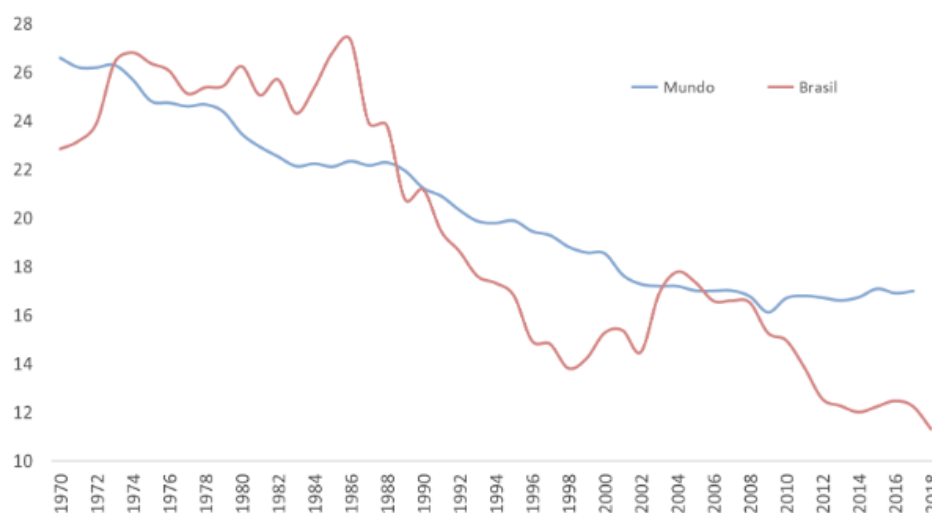
A ação contemporânea do capital, portanto, ultrapassa fronteiras e Nações, buscando assegurar acima de tudo a sua reprodução ampliada. Nesse movimento complexo, o alerta do IPEA é de que houve “[...] a mudança do perfil da pauta de exportações. Entre 2007 e 2010, *commodities* avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil ao exterior” (Nassif, 2011, p. 01). Daí a dedução de que o cenário atual brasileiro se apresenta com a valorização de alguns setores em detrimento de outros:

A aceleração do crescimento de economias emergentes, notadamente da China, promoveu uma intensa e prolongada valorização dos preços de *commodities*. Em contrapartida, no mesmo período, outros ramos mais sofisticados da indústria brasileira ou retroagiram, como os intensivos em escala, ou apenas mantiveram sua participação, como os ramos intensivos em engenharia e P&D (IEDI, 2018, p. 23).

Como consequência dessa análise, da preponderância atual da produção de *commodities* no Brasil, veicula-se também um diagnóstico acerca de um processo de “desindustrialização” em curso, cuja tendência também é visível em outros países. É preciso

esclarecer que essa análise se ampara em dados comparativos em relação a outros setores de atividade econômica, como o de serviços, por exemplo. Sustenta-se assim que, a partir da década de 1980, o mundo e o Brasil vêm apresentando perdas de participação da indústria no PIB, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1. Manufatura (% no PIB) a preços correntes: Brasil x mundo.



Fonte: ONU, IBGE (apud Morceiro & Tessarin, 2019, p. 45).

Verifica-se no Gráfico 1 que o vigor do avanço industrial brasileiro verificado nas décadas de 1970 e 1980, que assegurou a sua participação em até 28% do PIB nacional, teria entrado em decadência na atualidade, representando uma participação em torno de apenas 12% do PIB em 2018. Como se constata acima, a tendência à diminuição da atividade industrial na porcentagem do PIB é mundial, embora se verifique em distintos níveis.

O que se argumenta então é que o Brasil vivencia o que passou a ser chamado de um processo “desindustrialização”, afetando o número e a qualidade dos empregos gerados no país. Essa análise conjuntural tem se estendido também a intelectuais críticos da sociabilidade do capital e a entidades representativas dos trabalhadores, como indicado mais adiante. Mediante seus importantes reflexos, considera-se fundamental um olhar atento à questão, a fim de auxiliar no desvelamento dos condicionantes do trabalho atual.

Tragenna (2009 apud Oreiro, & Feijó, 2010, p. 221) conceitua o fenômeno da “desindustrialização” como uma situação “[...] na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB”. Os serviços e outras atividades econômicas passam assim a gerar mais emprego e renda em proporção à atividade industrial, no cômputo do PIB.

Nessa interpretação, o processo de “desindustrialização” ocorre porque o setor industrial perdeu, para os serviços, a condição de atividade mais dinâmica da economia. Ressalta-se que a redução é em relação a outras atividades, no total da economia, o que significa que isso pode se dar concomitantemente até mesmo à elevação do emprego industrial em termos absolutos, bem como da própria produção manufatureira.

Portanto, trata-se de um conceito relativo, pois pode ocorrer que tanto o volume de emprego quanto o valor adicionado da indústria estejam crescendo ao longo do tempo, todavia, a uma taxa menor quando comparados a outros setores da economia, o que configura perda de participação relativa. Deve-se ficar claro que a desindustrialização em um determinado país não se configura pela queda ou estagnação do produto industrial ao longo do tempo, mas pela perda de importância deste campo como fonte de geração de emprego e valor adicionado. Nestes termos, a teoria da desindustrialização [...] procura caracterizar o fato estilizado da queda persistente da participação da indústria tanto no emprego quanto no PIB, conforme os países desenvolvem-se e atingem a maturidade industrial (Arend, 2015, p. 23).

O capital industrial apropria-se de tal análise para defender seus interesses, obtendo apoio dos trabalhadores, ao veicular que o investimento no setor industrial garantiria receitas públicas, geração de empregos e melhoria da renda dos trabalhadores.

A indústria é ainda extremamente importante na geração de receita ao setor público. No Brasil, a participação do setor na arrecadação chegou a 27% em 2016, devido à carga tributária de 45% de seu valor adicionado. Serviços é a atividade que mais arrecada, 40% do total, tendo, no entanto, uma carga tributária muito inferior à industrial (23%), segundo a FIRJAN a partir de dados da Receita Federal. Ou seja, um setor que seguidamente vem perdendo participação na economia brasileira (representando hoje apenas 10% do PIB) é responsável por quase três quartos do investimento privado em P&D e por quase 30% da arrecadação de impostos. Ademais, segundo levantamento da CNI, a manufatura responde por 15% do emprego formal e paga salários superiores à média nacional. Entre os empregados com pelo menos o ensino superior, por exemplo, o rendimento na indústria chega a ser 26% superior (IEDI, 2018, p. 19).

Na perspectiva teórico-política adotada neste estudo, propugna-se que o que resulta problemático nessa linha de análise, mesmo dando-se a partir de um viés crítico, como é o caso do autor supracitado, é que politicamente ela tem levado a defesas da atividade industrial, sob o argumento de que ela é fundamental para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A questão recai, portanto, sobre os rebatimentos desse processo para a classe trabalhadora, tendo em vista a alegação de que somente a exportação de *commodities* não é

capaz gerar emprego e renda à população brasileira. Nessa concepção, mesmo com o avanço do setor de serviços não há absorção da força de trabalho disponível, colocando em xeque a sobrevivência dos trabalhadores.

As críticas passam a ser direcionadas então aos rumos econômicos do país, demandando do Estado políticas industriais mais eficazes para o desenvolvimento nacional e para a geração de emprego e renda. As vertentes críticas reivindicam, assim novas políticas econômicas e sociais, a fim de equiparar o país perante a economia mundial, tendo em vista que as adotadas a partir de 1990 teriam sido ineficazes nesse sentido. “Na ausência da figura do Estado como agente coordenador e indutor do processo de mudança estrutural via políticas industriais, a estratégia de um segundo *catching-up* nacional foi bastante limitada {Arend e Fonseca, 2012}” (Arend, 2015, p. 51).

O teor das críticas dirige-se fundamentalmente ao tipo de política econômica dotada, que demandaria maior incentivo às indústrias e sua modernização. Nas análises expostas, tanto retratando a posição do capital industrial quanto as posições mais críticas e progressistas, problematizam-se aqui seus reais efeitos para a economia brasileira e para a classe trabalhadora.

No que se refere à posição econômica mundial, a economia industrial brasileira, em si, não tem apresentado saldos negativos, muito pelo contrário. Os próprios analistas indicam que ela tem assegurado uma expressiva participação no movimento global.

Contudo, deve-se destacar que a indústria brasileira figura entre as dez maiores do mundo em 2010. Também constatou-se que o Brasil possui uma estrutura industrial relativamente dinâmica nos segmentos relacionados a recursos naturais, *commodities* industriais e tecnologias típicas do padrão fordista de produção. São sobretudo estes grupos industriais os motores do crescimento nacional atualmente, que atendem à demanda interna (grupo fordista e indústria tradicional) e à demanda externa (grupos de *commodities* primárias e industriais). (Arend, 2015, p. 52).

Diante disso, é possível inferir que a ação do Estado brasileiro não tem sido prejudicial às indústrias e ao capital, pois continua assegurando a posição do país dentre as maiores economias mundiais. O que se reivindica nas críticas existentes é outro tipo de desenvolvimento econômico, pois a “desindustrialização” existente no Brasil, na concepção do autor, é “precoce”, por estar em “desacordo com seu estágio de desenvolvimento”, tendo em vista que “[...] as economias da América do Sul e Central iniciam seus processos de desindustrialização em um nível de renda *per capita* equivalente a 20% ao das economias desenvolvidas e da Europa” (*Ibidem*, p. 31).

Tal análise demandaria desvelar o entendimento que se apresenta em relação à lógica do capital, o que é inviável nos limites deste trabalho. Fica apenas como indicativo de futuros debates a aceitação de que a reprodução do capital, em suas formas históricas concretas, tem se dado de forma dinâmica, marcada por um desenvolvimento desigual e combinado, tendo em vista seu fim maior, que é a produção da mais-valia absoluta e relativa. Inevitavelmente, portanto, afeta as classes trabalhadoras de todos os países, não resultando em melhorias na sua condição de existência em geral.

A incontestável importância do debate em curso remete também à análise do papel do Estado nesse processo, sob a lógica do capital. Considera-se que a apreciação do tema pode contribuir para o refinamento da leitura desses elementos da realidade em sua dinâmica interna, tendo em vista seus impactos nas estratégias das lutas sociais que vem se configurando no Brasil.

3.2. Estado, capital e os rumos das lutas da classe trabalhadora

Ao se reivindicar do Estado um determinado modelo de política econômica, que beneficie as condições de vida da humanidade, não dá para desconsiderar sua inserção na sociabilidade do capital. É preciso destacar que o Estado auxilia na legitimação das relações capitalistas, inclusive ao criar e legalizar o aparato jurídico necessário para assegurar as condições favoráveis à acumulação, ou seja, na concepção marxista do Estado, Miliband (1972) afirma que este é utilizado como dominação de poder de uma classe, a dominante.

Em relação à sua determinação infere-se, portanto, que: “Não é o Estado que molda a sociedade mas, a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo” (Carnoy, 1988, p. 66).

Mascaro (2018, p. 110) assevera, por sua vez, que a forma social do Estado é capitalista e o direito e sua efetivação por meio de políticas sociais “[...] não é uma possibilidade de salvação e nem superação do capitalismo, como se outro conjunto normativo pudesse transformar a reprodução econômica”. Coaduna-se neste estudo, portanto, com a análise de que o Estado “[...] é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista” (Carnoy, 1988, p. 66). O Estado, por conseguinte, não possui uma neutralidade de classe: na forma social do capital ele representa a classe dominante e a defesa da propriedade privada.

Lenin (2007, p. 25, grifos do autor), em sua obra de grande envergadura no campo marxista, *O Estado e a Revolução*, afirma que: “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* das classes”. Concebe ser um equívoco na luta antagônica ao capital partir da concepção de que, no âmbito do Estado, pode ocorrer a conciliação de classes. A contradição de interesses de classes sob o capital é ineliminável, tendo em vista que o elemento indispensável para sua produção é a exploração da força de trabalho.

A vida do capital, portanto, dá-se mediante o controle ideológico e político da classe trabalhadora, a fim de assegurar as condições de sua reprodução ampliada. Isto não ocorre, todavia, sem embates e conflitos inerentes a essa forma de produção social da vida humana. Alterar essa lógica societal exige seu revolucionamento radical e grande parte de seu sucesso depende de uma leitura adequada da realidade. É nesse sentido que se dialoga com as análises conjunturais acima, pois, no contexto ora estudado, um desdobramento importante tem sido a forma como a classe trabalhadora vem realizando seus enfrentamentos.

Cabe pontuar, ainda que brevemente, que a própria caracterização da classe trabalhadora é alvo de polêmicas. Alguns autores arriscam afirmar que ela não existe mais, em decorrência das novas configurações que ela tem assumido recentemente. Mattos (2019, p. 112), em seu estudo sobre a temática, aponta que há dez ou quinze anos esteve em evidência essa discussão por meio das teses de “Gorz, Offe, Postone e Kurz”, e que, no atual momento “[...] algumas teses mais recentes se aproximam daquelas discussões por caminhos distintos”.

Na contramão desse pressuposto, considera-se nesta análise que a classe trabalhadora permanece como o elemento central na reprodução do capital e que ela vem sofrendo os efeitos das estratégias adotadas em todos os países, que envolvem múltiplas medidas para assegurar a taxa de lucros. Coadunando com Mattos (s/d), acredita-se que as estratégias são diversificadas para elevar a produtividade e o grau de exploração do trabalho.

Este autor concorda que é possível identificar mudanças na composição da classe trabalhadora, tanto em nível de exigências de qualificação, como também nas formas mais selvagens de exploração da força de trabalho, vivenciadas pela sua precarização: informalidade, contratos intermitentes, terceirização, entre outros. Entretanto, “[...] as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental entre produtores diretos e proprietários a que se referia Marx, em suas obras” (*Ibidem*, p. 6). No campo das estratégias e táticas políticas, portanto, é preciso levar em consideração que as distintas formas em vigor não incidem no conteúdo da relação do capital, mantendo assim a necessária exploração da classe trabalhadora.

Além disso, em relação às políticas econômicas adotadas no Brasil, não importa se a produção de capital se dá por meio da indústria ou pelo ramo de serviços ou do agronegócio, nem mesmo se a exploração do trabalho será conduzida pela burguesia brasileira ou internacional: o objetivo sempre será obter a mais-valia, em nada alterando o processo de reprodução do capital.

A falta de clareza em relação a estas questões e à dinâmica interna do capital muitas vezes conduz a classe trabalhadora a buscar a conciliação com o capital, na tentativa de assegurar suas condições imediatas de sobrevivência. Um exemplo disso é o documento produzido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical: *Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego (2011)*, disponível em Centrais Sindicais (2011).

Como o título já revela, pelo caminho da conciliação defende-se nesse documento que o investimento nos processos de industrialização é de extrema importância para o crescimento da economia, remetendo a luta dos trabalhadores à defesa dos interesses do capital industrial. Nessa acepção incorporada pelas organizações da classe trabalhadora, a luz amarela está acesa e demonstra preocupação:

[...] a análise de alguns indicadores recentes, aponta para o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. O crescente déficit comercial do setor de manufaturados, a reprimarização da pauta de exportação, o crescente processo de substituição da produção doméstica por produtos finais e insumos industriais importados, a expressiva queda do conteúdo nacional na produção industrial, entre outros, acendem a luz amarela e nos remetem à necessidade de reversão deste processo (Centrais Sindicais, 2011, p. 8).

Pautas de lutas como essa não implicam em mudanças radicais na estrutura, pois: “[...] há uma diferença essencial quando se expressam como pauta dos trabalhadores em luta e quando são incorporadas pela pauta do capital” (Iasi, 2019, p. 13). Para o autor, a dificuldade em distingui-las está no fato de que muitas das pautas repercutem como o “verdadeiro canto da sereia”, pois, são capazes de “remediar” uma situação momentânea.

Como se depreende do que foi exposto neste estudo, as consequências de uma leitura equivocada da realidade para a classe trabalhadora são muitas vezes nefastas. Entender a adesão a bandeiras de luta alheias a seus interesses requer considerar que a classe está em movimento permanente, muitas vezes em contradição com seus próprios interesses, necessitando por isso ser municiada com um coerente instrumental de análise.

Entendemos que a história não está dada e que uma pista importante para as lutas sociais é de que não será incorporando ações institucionais que o processo de mudança radical ocorrerá. “[...] A negação da ordem e a possibilidade da revolução não parece germinar das comportadas experiências de acúmulos institucionais, mas dos caóticos sinais de insurreições populares” (Iasi, 2019, p. 15). Os caminhos possíveis estão no campo da luta radical contra o capital, momento em que se avança na consciência de classe.

4. Considerações Finais

Os rumos atuais do capital no Brasil têm sido analisados por uma vertente de autores e instituições que concluem haver um processo de “desindustrialização” em curso, que afeta o desenvolvimento econômico nacional e a classe trabalhadora como um todo, incidindo na redução de empregos e de arrecadação social. A estratégia adotada em geral, inclusive por representantes sindicais, acaba resultando na exigência da adoção de outra política econômica estatal, que beneficie o desenvolvimento industrial nacional. Os apontamentos feitos neste artigo tiveram a finalidade de iniciar um debate com tais posições, problematizando-as.

Entende-se que a compreensão da realidade atual, tanto no Brasil quanto no mundo, requer identificar a existência de um movimento social de amplitude global, que se refere ao desenvolvimento e reprodução do capital, este assentado na exploração da força de trabalho. Nessa lógica social, o Estado objetiva assegurar, através de regulamentações e de seu aparato jurídico e militar, a reprodução do capital, não a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O equívoco de uma luta pautada em delegar ao Estado a função de assegurar os direitos da classe trabalhadora, portanto, está no fato de desconsiderar que este não está a serviço do público, da humanidade, pois tem uma função definida no âmbito da sociedade capitalista, que é a de proteção à propriedade privada e ao capital. A mudança via política, por conseguinte, é insuficiente se não for embasada em uma radical alteração da realidade material. Transitar por mudanças restritas ao âmbito político estatal, portanto, denota um enfrentamento limitado e restrito ao plano da aparência.

Além disso, considera-se equivocada a luta por políticas governamentais de incentivos à industrialização e de geração de emprego, pois são incapazes de alterar a dinâmica de exploração da classe trabalhadora, beneficiando, ao contrário, o capital industrial. No que se refere ao recente processo de enfrentamento da classe trabalhadora, portanto, parece possível afirmar que as opções de “conciliação de classes”, que tem vigorado recentemente, contribuem para inviabilizar possíveis avanços de rompimento ao processo estrutural.

Um coerente encaminhamento estratégico requer a compreensão da realidade na sua forma concreta e material, para culminar em adequadas ações táticas. Buscar elementos de compreensão da ordem estrutural é, portanto, essencial, embora não seja garantia de sucesso. Do contrário, entretanto, corre-se o risco de apenas reproduzir o que está posto, lutando contra os seus sintomas, com a ilusão que a sociedade está se modificando.

O que se preconiza ao fim desta análise é que, neste momento de recuo da classe trabalhadora e de ataques do capital, conhecer e aprofundar o entendimento da condição material real é fundamental, pois a história não está dada. É desvelando o atual momento histórico e as complexas relações sociais capitalistas que possivelmente as ferramentas de construção de lutas e estratégias em defesa de trabalhadoras/es serão fortalecidas.

Esta discussão se encerra, portanto, propondo novos estudos e questões em torno do tema, que é deveras complexo e que envolve inúmeros elementos e mediações da totalidade social. Faz-se necessário desvelar o movimento do capital mundial, verificando, por exemplo, em que medida as fronteiras nacionais já não estão sendo ultrapassadas; como o capital se configura no estágio atual, movimentando-se nos distintos países; qual a condição de desemprego e de exploração que perpassa a classe trabalhadora mundial, no interior desse processo; além de inúmeras outras indagações indispensáveis para o entendimento do real.

Referências

Aran, E. (2019). Brasil não é mais a sétima economia do mundo. *Isto É Dinheiro*, Ed. 1186288. Recuperado de <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-nao-e-mais-a-setima-economia-do-mundo/>.

Arend, M. (2015). A industrialização do Brasil frente à nova divisão internacional do trabalho. In: IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Texto para discussão, 2105*. Rio de Janeiro: Ipea. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4620/1/td_2105.pdf.

Carnoy, M. (1988). *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus.

Centrais Sindicais (2011). *Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego*. Recuperado de

http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B-3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf.

Chesnais, F. (1999). *Tobin ou not Tobin?* São Paulo: Ed. UNESP.

Espósito, M. (2017). Industrialização brasileira, diversificação produtiva e consolidação da dependência externa: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. *História Econômica & História de Empresas*, 20 (2), 439-473.

Iasi, M. (2019). Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise. *Argum.*, 11 (3), 7- 17. Doi: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v11i3>.

IEDI (2018). Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Indústria e o Brasil do futuro*. Recuperado de https://iedi.org.br/media/site/artigos/20180918_industria_e_o_brasil_do_futuro.pdf.

Lenin, V. I. (2007). *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Centauro.

Mascaro, A. L. (2018). *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mattos, M. B. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo.

Mattos, M. B. (s/d). *Classes sociais e luta de classes: atualidade dos conceitos*. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Classes%20sociais%20e%20luta%20de%20classes....pdf>.

Miliband, R. (1972). *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar.

Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 9-29. (28a ed.), Petrópolis, RJ: Vozes.

Morceiro, P. C., & Tessarin, M.S. (2019). Desenvolvimento industrial em perspectiva internacional comparada. *Estudo*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Recuperado de https://www.iedi.org.br/media/site/artigos/20190802_desind_intern_comp.pdf.

Morceiro, P. C. (2012). *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores*. Dissertação de Mestrado em Economia - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

Nassif, M. I. (2011). Exportações. O avanço das *commodities*. *Desafios do desenvolvimento*, 66, IPEA, Ano 8. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23.

Oreiro, J. L., & Feijó, C. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30 (2), 219-232. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>.

Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Pereira, M. F. V. (2010). A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. *Sociedade & Natureza*, 22 (2), 347-355. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>.

Tumolo, P. (2017). A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate. *Perspectiva*, 35 (2), 598-614. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n2p598>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Priscila Semzezem – 40%

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro – 40%

Rita de Cássia Pizoli – 20%